

Por estes factos, emitimos a certificação legal das contas, em documento anexo.

Do mesmo modo, confirmamos que o relatório da administração, as contas e a proposta para a aplicação dos resultados do exercício têm o nosso parecer favorável, pelo que propomos a sua aprovação pela assembleia geral.

Tendo contado sempre com o apoio e disponibilidade da administração e dos serviços, desejamos aqui agradecer esse facto, bem como o facto de o conselho de administração ter tido a amabilidade de nos consignar uma referência no seu relatório.

Lisboa, 21 de Março de 2005. — O Fiscal Único, *Amílcar Martins Escudeiro*, revisor oficial de contas. 2008411834

PORTO

PORTO — 1.ª SECÇÃO

FINIBANCO, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção). Matrícula n.º 45 635/890112; identificação de pessoa colectiva n.º 502090243; inscrição n.º 20; número e data da apresentação: 7/13 de Abril de 1995; pasta n.º 3574.

Lúgia Maria Gigante Pinheiro, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção):

Certifica que são do seguinte teor os documentos de prestação de contas da sociedade em epígrafe, relativos ao ano de exercício de 1994.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção), 15 de Maio de 1995. — A Segunda-Ajudante, *Lúgia Maria Gigante Pinheiro*.

Mensagem do presidente

Com o consumo interno a revelar-se pouco dinâmico, a economia portuguesa iniciou, timidamente, a fase de recuperação, graças à animação das exportações. É um bom sinal que nos deveria confortar, sobretudo tendo presente o efeito acelerador que a procura externa exerce em qualquer processo de recuperação económica. Contudo, o efeito conjugado das elevadas taxas de juro reais e o nível de endividamento das empresas, está a reduzir a capacidade de reacção do tecido empresarial, dificultando a sua modernização e adiando projectos de investimento.

É neste cenário, bem conhecido, que se desenvolve o negócio bancário a sofrer ainda, nesta fase do ciclo económico, o efeito retardado da crise que a realidade objectiva dos balanços vai revelando.

Senhores accionistas, o Finibanco, o vosso Banco, cumpriu um exercício em que teve de conciliar o forte investimento indispensável ao seu lançamento e enfrentar o efeito da conjuntura económica adversa e de um ambiente de intensa e agressiva concorrência.

Do relatório e contas que agora se submete à apreciação dos accionistas, realça-se o facto de os activos terem atingido a cifra de 33,5 milhões de contos, sensivelmente o dobro do verificado no ano precedente. Para um Banco em fase de lançamento e nas condições adversas de mercado, bem conhecidas e anteriormente assinaladas, o *cash-flow* de 676 000 contos é meritório, mérito que me compete endossar ao Eng. Humberto da Costa Leite, que presidiu aos destinos do vosso Banco até 31 de Outubro, data em que, por opção sua, me fez cooptar para a presidência do Finibanco. Os lucros de 66 000 contos apurados antes de impostos, traduzem uma atitude de prudência, pois entendi que deveríamos, prioritariamente, reforçar as condições financeiras da instituição, provisionando os activos pelos valores máximos que a lei permite, sendo certo que tais provisões representam uma cobertura talvez superior a 100%, relativamente ao grau de cobrabilidade dos créditos em situação de mora, incluindo os de mora prolongada, decorrente de operações de crédito a médio prazo realizados ainda no tempo da Finindústria, genericamente cobertas por sólidas garantias reais. No conjunto, as provisões ascendem a 725 000 contos que nos dão um franco conforto.

Por sua vez, o *ratio* de solvabilidade do Finibanco ascendendo a 33,3%, situa-se muito acima da média do sistema bancário e apresenta o quádruplo do valor mínimo que a lei nos fixa.

É provável que algumas das condições adversas e outros obstáculos que tão decisivamente marcaram este exercício, subsistam ainda em

1995, mas gostaria, talvez ousadamente, de os tomar, acima de tudo, como um desafio de bom augúrio.

É que, os projectos de sucesso têm tendência a nascer ou a firmar-se em tempos de crise. Na verdade, um pouco como acontece com as facilidades na vida das pessoas, também as instituições, sejam elas de que natureza forem, quando se desenvolvem em ambiente de excesso de facilidades têm tendência a relativizar os custos, a negligenciar os riscos, a não endurecer a vontade colectiva e a não cultivar a determinação, atitudes e comportamentos que julgo indispensáveis para tornar consistente o desejo de objectivos ambiciosos.

Exactamente porque são ambiciosos os objectivos que se pretendem para o Finibanco, a estratégia de desenvolvimento, que irá ser seguida, tomará em conta tudo o que sumariamente foi referido. Contudo, não é ainda o momento apropriado para detalhar o seu modo de execução, mas avança-se que, em termos organizativos, se irão privilegiar princípios que facilitem a institucionalização da automotivação, na prática, o que significa algum afastamento do modelo clássico de organização.

Ganhar dimensão será seguramente um dos objectivos, mas, para conquistar mercado não iremos aviltar as taxas das operações activas e o preço dos serviços, nem exagerar na remuneração das operações passivas, porque não queremos contribuir para a degradação das já difíceis condições de exploração. Iremos sim privilegiar a qualidade dos serviços e a inovação para nos tornarmos num parceiro financeiro desejado pela sua eficiência e transparência de procedimentos.

Na linha da política anteriormente definida, concretizou-se a compra de um edifício em Lisboa onde passará a funcionar a sede central, mantendo-se no Porto a sede social. No rés-do-chão do referido edifício, na Avenida de Berna, 10, ficará instalado o balcão de Lisboa que marca o início da nossa expansão geográfica. Durante o ano de 1995 o Finibanco continuará a expandir-se, prevendo-se a abertura de alguns novos balcões e escritórios de representação, onde e quando a actividade operacional o justificar.

Para servir a clientela residente no estrangeiro, em condições de igualdade com a restante banca, foram dados os primeiros passos no sentido da internacionalização do Finibanco. Assim, foi solicitado às autoridades de Macau, autorização para a criação de um Banco de direito local, o Finibanco-Macau, S. A. R. L., que se espera possa começar a operar no início do segundo semestre de 1995; foram desencadeadas as acções internas com vista à abertura da sucursal *off-shore* da Madeira para começar a operar no final de Fevereiro e, na mesma linha de preocupações, está já em preparação o dossier para se solicitar às Autoridades das Ilhas Caimão, autorização para abrir uma sucursal *off-shore* internacional. Como consequência do processo em curso de aceleração do desenvolvimento do Banco, prevemos, de igual modo, um crescimento induzido das empresas associadas, cujo contributo para a consolidação do nosso projecto reputamos de muita importância. Não se exclui a possibilidade de ir além deste programa, já em curso de preparação, bastando, para tal, que as condições do mercado o aconselhem.

Finalmente, cumpre-nos manifestar ao Eng. Humberto da Costa Leite o nosso agradecimento pelo modo eficaz como conduziu os destinos do Banco, em anos marcadamente difíceis, sendo de salientar o papel de relevo que teve na fase, sempre difícil, de adaptação das estruturas de uma sociedade de investimentos, a Finindústria, para um Banco, o Finibanco. Sobre este aspecto é, igualmente, de destacar o papel crucial que teve na promoção do aumento de capital, abrindo-o a novos e prestigiados accionistas.

O capital e reservas acumuladas eleva-se, pois, a 9,3 milhões de contos, que é uma excelente base para iniciar um processo de expansão sustentável.

É esse desafio que muito gostosa e decididamente aceitamos.

O Presidente, (*Assinatura ilegível*.)

Relatório do conselho de administração

1 — Enquadramento macroeconómico

1.1 — Economia internacional

Os sinais de recuperação económica internacional continuam a manifestar-se de forma cada vez mais clara, ainda que de modo diferenciado. Os Estados Unidos, com um crescimento de 4,1%, concluíram o terceiro ano consecutivo de expansão, não somente devido ao dinamismo do consumo interno, mas também pelo bom aproveitamento das trocas comerciais com os países da América Latina e Sudeste Asiático, os quais mantiveram taxas de crescimento muito expressivas, mesmo no auge da crise económica mundial.

A economia japonesa, com grandes reformas estruturais em curso, tarda em confirmar os sinais de recuperação revelados pelo ligeiro crescimento do PIB, na segunda metade de 1994. Segundo os analistas, a forte valorização do iene não facilita uma clara retoma, embora, paradoxalmente, a reconstrução das zonas devastadas pelo recente sismo possa dar-lhe o impulso há muito esperado.

Os países da União Europeia, por seu lado, estão já em franca recuperação, como se evidencia pelo crescimento médio do PIB, que se estima em 2,6%, enquanto no ano anterior tinha registado o crescimento negativo de 0,2%. A Inglaterra, que foi o primeiro país da União a iniciar a retoma, prossegue a recuperação de forma sustentada, o mesmo sucedendo com a Alemanha que, não obstante ter previsto um ano de estagnação, apresentou no terceiro trimestre um crescimento de 2,5%, em termos homólogos. A França registou, igualmente no 3.º trimestre e também em termos homólogos, um crescimento de 3%. A aceleração quase generalizada do índice de produção industrial confirma que se está perante um retoma firme da economia, sendo sintomática a evolução deste índice em Itália que, ainda em termos homólogos, alcançou em Outubro, um crescimento de 7,3%, tendo registado no final do ano uma evolução positiva de 6,1%, não obstante a instabilidade política vivida naquele país.

Dois aspectos merecem ser destacados neste processo de retoma dos países da União Europeia. O primeiro respeita ao facto de a animação da economia ser uma consequência do aumento das exportações que, nalguns países, foi mesmo muito significativo, enquanto o consumo interno se manteve a níveis pouco encorajadores. O segundo diz respeito ao comportamento do desemprego que continua com poucos sinais visíveis de diminuição. Trata-se de uma realidade preocupante que está permanentemente na mesa de trabalho dos políticos e é motivo de insatisfação das forças sociais. O problema é que o desemprego não resulta apenas da profunda recessão que se viveu e que deixou muitos sectores de actividade nitidamente abaixo da capacidade produtiva instalada. Ele resulta, igualmente, do processo de reestruturação das grandes empresas e das economias em geral, que levou ao licenciamento de elevado número de trabalhadores. A diminuição do nível de desemprego será, assim, naturalmente, muito mais lenta e processar-se-á com atraso em relação à recuperação económica, por força das causas que o determinaram.

A explicação desta situação talvez se possa encontrar num certo adormecimento da Europa que, embalada nos princípios do Estado Providência, foi perdendo competitividade, durante anos consecutivos, em relação a todos os blocos económicos e acumulou enormes défices nas contas públicas.

As condições em que a retoma económica se está a processar parecem significar que a cura de emagrecimento, especialmente em áreas sociais, está a resultar e em breve os bons velhos tempos, sem excessos, farão esquecer o sofrimento. Mas, é preciso, ainda, reduzir os níveis da dívida pública para valores confortáveis. Será caso para dizer que afinal as metas do Tratado de Maastricht serão um mal menor, sobretudo se for possível aceitar que o importante é fazerem-se progressos contínuos na sua direcção.

O comportamento algo irregular das taxas de juro terá de ser visto como uma consequência das políticas mais ou menos activas postas em prática pelos diferentes governos, tendo em vista corrigir desequilíbrios internos. Só que a importância de algumas moedas tem um efeito de arrastamento sobre outras e estimula movimentos especulativos.

Numa perspectiva lógica, não se vislumbram razões para grandes oscilações das taxas de juro durante o ano de 1995 e isto porque: por um lado, o elevado nível de desemprego faz prever que não haverá pressões inflacionistas pela via salarial e, por outro, o continuado esforço dos governos no sentido de fazer baixar os défices das contas públicas irá reduzir a pressão decorrente das necessidades de financiamento da dívida pública. Normal será, pois, que o nível das taxas de juro a longo prazo retome a tendência de ligeira baixa, como a verificada na última década, a qual foi perturbada durante uma parte do ano de 1994. Não se exclui, contudo, a eventualidade de movimentos erráticos nas taxas de juro de curto prazo, especialmente devidos a razões de defesa da taxa de câmbio de uma ou outra moeda.

A irregularidade de comportamento de algumas moedas no Mecanismo de Taxas de Câmbio do Sistema Europeu terá resultado mais de incertezas políticas nos respectivos países do que em verdadeiras causas económicas. Com o iene a manter-se inquestionavelmente forte é o comportamento do dólar dos Estados Unidos que, com uma tendência regressiva durante todo o ano de 1994 causa sérias preocupações aos países europeus e ilude, permanentemente, os analistas.

1.2 — Economia portuguesa

O processo de correcção de alguns desequilíbrios da economia portuguesa, gerados no decurso de um dos mais longos períodos de cresci-

mento económico, iniciado em 1986 e interrompido em 1993, foi a tônica dominante do ano de 1994.

Sete anos consecutivos de progresso económico durante os quais se assinalou uma melhoria do bem estar das famílias portuguesas na ordem dos 10%, em relação à média europeia, criaram hábitos que resistiram mal aos efeitos da crise que entretanto emergiu. Mas, se tomarmos em devida conta os efeitos perversos da profunda recessão internacional que afecta mais intensamente as pequenas economias abertas como a nossa, talvez se encontrem razões para moderar o sentimento de pessimismo que nos assaltou. Acresce, em abono deste entendimento, que a economia portuguesa tem vindo a beneficiar de grandes alterações estruturais que abrem novas perspectivas para o futuro. Trata-se de alterações pouco perceptíveis aos olhos do cidadão comum, mas inquestionavelmente visíveis quando se analisam os dados estatísticos de forma agregada. Na verdade, o volume do comércio externo cresceu substancialmente, enquanto se adensam as relações com os países da União. O perfil da actividade produtiva sofreu, igualmente, mudanças significativas, com relevo para a clara terciarização da economia. A repartição sectorial do VAB aproximou-se da estrutura média das economias europeias, sendo de destacar o reforço de actividades pouco expressivas até há bem poucos anos. O sector do comércio e distribuição evoluiu aceleradamente. O sector financeiro tomou-se profundamente dinâmico para o que contribuiu decisivamente a liberalização do quadro institucional e regulamentar, realidade que abriu novos horizontes à banca e desencadeou um surto de concorrência que precisa de tempo para revelar todas as suas virtualidades.

A estes factos, claramente indiciadores do processo de modernização da economia portuguesa, juntam-se neste ano de 1994, sensíveis progressos nos critérios de convergência, com destaque para a inflação que, com os 4% verificados em Dezembro ficou, em termos médios, apenas 1% acima da taxa de inflação homóloga da UE. A dívida pública, em percentagem do PIB, mantém-se próxima dos valores médios verificados na UE, prevendo-se, que em 1995, venha a ficar abaixo desses valores médios.

É certo que o nível de desemprego aumentou, atingindo no final do ano 7,1%, mas mantém-se muito abaixo da média da UE. A moderação salarial desempenhou, neste domínio, um papel de muito relevo e poderá ter contribuído ainda para alguma recuperação na competitividade da economia portuguesa.

Ao contrário, o comportamento das taxas de juro, especialmente a longo prazo, não se pode considerar positivo, mas muito influenciado pelo surto especulativo contra o escudo que ocorreu durante o 2.º trimestre e se estendeu até Julho de 1994. A interrupção da tendência de decréscimo que se havia verificado até 1993, provocou algum desalento entre os agentes económicos e adiou, certamente, projectos de investimento que poderiam ter dado algum estímulo à retoma económica, entretanto desencadeada.

O bom comportamento das receitas fiscais que parecem indicar ter o governo conseguido pôr ordem e disciplina em tão importante área das funções do Estado, dão consistência à redução do défice público previsto no Orçamento do Estado para 1995. Assim sendo, a política gradualista que procura promover o crescimento económico sem pôr em causa a trajectória em direcção ao cumprimento dos critérios de convergência pode ter êxito.

Contudo, não seria prudente ignorar obstáculos que teimam em obscurecer o horizonte. Entre outros, merece referência especial o elevado nível das taxas de juro reais, que podem pôr em causa as metas de crescimento avançadas pelo governo e que o pendor expansionista do Orçamento do Estado, procura tornar consistente, no que é ajudado pelo fluxo de fundos provenientes do novo quadro comunitário de apoio.

Ao destacar-se esta preocupação dos agentes económicos, não se ignorou os esforços do governo no sentido de criar condições para baixar as taxas de juro. Entre essas medidas realçam-se, a redução do nível das reservas de caixa de 17% para 2%, a eliminação e ou redução do imposto de selo sobre operações cambiais e sobre os juros e comissões das operações bancárias, a evolução favorável dos indicadores macroeconómicos geradores de credibilidade e confiança, o reforço das regras de transparência nos mercados, etc.

Por sua vez, o Banco Central ao intervir no mercado monetário com taxas moderadoras, vai dando sinais que se espera sejam entendidos, designadamente no que toca ao nível da remuneração da poupança, que se forma no mercado da livre concorrência.

Finalmente, assinala-se a evolução positiva ocorrida nos mercados de capitais, com um crescimento da capitalização bolsista no segmento accionista, na ordem dos 16%, enquanto os lucros das empresas incluídos no índice BVL, revelou um aumento médio próximo de 30%.

No Orçamento do Estado para 1995, foram tomadas medidas construtivas de estímulo à poupança e ao desenvolvimento do mercado de capitais e foi anunciada a revisão do Código do Mercado de Valores Mobiliários. Ainda no domínio legislativo, e no segmento da dívida

pública, assinala-se a eliminação da retenção na fonte da tributação dos não residentes (Decreto-Lei n.º 88/94, de 2 de Abril e Portarias n.ºs 377-A/94 e 377-B/94, de 15 de Junho), a alteração do sistema de contagem de juro (Decreto-Lei n.º 5-A/94, de 15 de Junho) e a criação do mercado especial das operações por grosso (portaria n.º 377-C/94, de 15 de Junho) e desenvolvimento de mercados de reportes.

2 — Actividade desenvolvida

O exercício de 1994 correspondeu ao primeiro exercício completo, desde a criação do Finibanco.

Em consequência, o trabalho desenvolvido ao longo do ano visou, prioritariamente, a adaptação da estrutura à nova realidade, bem como a criação dos meios que permitissem assegurar um crescimento e desenvolvimento sustentados, ao mesmo tempo que se procurava reforçar a componente universalista do Finibanco, no que respeita ao alargamento da base de clientes e à quantidade, e qualidade, dos produtos e serviços colocados à sua disposição.

Relativamente à adaptação da estrutura do Banco ao pleno exercício da actividade bancária, foi redesenhada a organização existente e separadas as funções operacionais das funções técnicas e comerciais, tendo estas sido objecto de segmentação, no sentido de se procurar dar as respostas adequadas às exigências do mercado, nomeadamente de uma maior personalização, sofisticação e qualidade de serviço.

No domínio da criação dos meios necessários à afirmação do Finibanco, no sistema bancário português, merecem ser destacadas a adesão à SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A., e à Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A., bem como o pedido de adesão ao SWIFT — Society Worldwide Interbank Financial Telecommunication, cuja concretização terá lugar em Março de 1995.

Com o objectivo de alargar o universo de clientes, produtos e serviços, o Finibanco tem em preparação a abertura de um balcão em Lisboa, que deverá ocorrer em Março de 1995, está a preparar a abertura de uma sucursal financeira exterior no centro *off-shore* da Madeira e tem em estudo a abertura de uma sucursal nas Ilhas Caimão.

Mas a acção principal em matéria de internacionalização prende-se com a futura abertura de um Banco em Macau, no qual o Finibanco deterá uma posição maioritária, em associação com empresários locais de reconhecido prestígio. O pedido foi entregue às autoridades competentes, sendo de prever que possa ser concedida, em breve, a necessária autorização.

Marco fundamental para a afirmação do Finibanco no mercado e para o reforço da solidez da Instituição foi o aumento de capital social, de 5000 milhares para 7510 milhares de contos, ocorrido em Agosto, que permitiu assegurar ao Finibanco capitais próprios num total de 9,3 milhões de contos. Para além da abertura do capital a um conjunto de novos e prestigiados accionistas, que quiseram corresponder ao convite que lhes foi formulado, esse aumento veio criar as condições para o crescimento e desenvolvimento da actividade do Banco.

2.1 — Área de particulares

A área de particulares foi uma das grandes áreas comerciais que resultou da adaptação das estruturas do Banco às exigências do mercado, em geral, e de alguns segmentos, em particular.

PREFERENCIALMENTE orientado para os sub-segmentos de rendimento médio, médio-alto e elevado, o Finibanco procurou adaptar a sua estratégia em conformidade, tendo introduzido substanciais melhorias ao nível da personalização do atendimento e alargado a gama de produtos disponíveis.

Apostando claramente na globalização da relação, como forma de aumentar o grau de fidelização da sua base de clientes e de facilitar o seu alargamento, a estratégia definida para este segmento de mercado constituiu uma aposta clara na qualidade e na inovação, variáveis que consideramos estratégicas para atingirmos o objectivo de alargamento, sustentado, da quota de mercado.

Foi com base nestes pressupostos que, apesar da agressiva concorrência que marcou o ano de 1994, foi possível atingirmos os principais objectivos que nos tínhamos fixado, a saber:

O substancial alargamento da base de clientes, que triplicou durante este exercício;

Ultrapassar os 5 milhões de contos de depósitos de clientes particulares, objectivo que foi amplamente conseguido.

Se tivermos em consideração que, durante o ano de 1994, o Finibanco dispôs apenas de um único balcão aberto ao público, compreender-se-á melhor a importância dos resultados obtidos, bem como a nossa certeza de que existe um elevado potencial de expansão do

volume de actividade, ao qual procuramos dar concretização em anos futuros.

2.2 — Área de empresas

No quadro da adaptação das estruturas do Finibanco às exigências do mercado, a que fizemos referência anteriormente, a área de empresas surgiu como resposta às necessidades particulares deste segmento, embora a actividade desenvolvida pelo Banco tenha colocado um maior enfoque no relacionamento com as empresas de média e grande dimensão.

Consciente de que é neste segmento de mercado que a necessidade de globalização da relação com o cliente se faz sentir de forma mais acentuada, o Finibanco apostou claramente, no alargamento da sua gama de produtos e serviços, quer em escudos, quer nas principais divisas, ao mesmo tempo que, através da introdução da figura do gestor de conta, procurou melhorar o diálogo com a sua base de clientes e proceder à sua expansão.

Num ano economicamente difícil, como foi 1994, a expansão da carteira de crédito não foi um objectivo fácil de atingir, porquanto teve subjacente, necessariamente, um grande rigor, em todo o processo que lhe esteve associado.

Apesar disso, foi possível alargar-se a base de clientes ao mesmo tempo que se obteve uma maior dispersão do risco de crédito, pelos diferentes sectores da actividade económica, facto a que se atribuiu, também, particular importância.

Por tudo isto, os resultados obtidos durante o exercício de 1994 podem considerar-se bastantes positivos, como fica demonstrado pela evolução dos seguintes indicadores:

O valor do crédito concedido, a empresas, cresceu cerca de 78%, relativamente a 1993, rondando os 14 milhões de contos;

O valor dos depósitos das empresas excedeu, em 84% o que se verificava em Dezembro de 1993, ultrapassando os 1,2 milhões de contos.

Também neste domínio, o facto de o Finibanco dispor apenas de um balcão constituiu um factor limitativo de grande importância, o que valoriza ainda mais os resultados obtidos e nos permite encarar o futuro com algum optimismo.

2.3 — Área de mercados

2.3.1 — Mercado monetário interbancário e mercado cambial:

Em consequência do aumento da sua base de clientes, com o natural efeito no volume de negócios, o Finibanco reforçou, substancialmente, o seu relacionamento com os seus correspondentes, no país e no estrangeiro.

Com efeito, a necessidade de responder, adequadamente, às solicitações dos seus clientes, bem como a de gerir eficazmente as suas disponibilidades, tiveram como consequência uma muito maior intervenção do Banco nos mercados monetário interbancário e cambial.

Norteado pelo mesmo objectivo e visando melhorar a sua capacidade de intervenção nestes mercados, o Finibanco tem em construção uma nova sala de mercados, que deverá estar em pleno funcionamento durante o 2.º semestre de 1995.

2.3.2 — Mercado de capitais:

A actividade desenvolvida no mercado de capitais, durante o ano de 1994, assumiu expressão relevante.

O Finibanco participou na montagem, colocação e tomada firme de várias operações do mercado de capitais, sendo de destacar:

A montagem e integral colocação de empréstimos obrigacionistas próprios, num total de 595 000 contos;

A montagem, colocação e tomada firme de empréstimos obrigacionistas de clientes e de emissões de papel comercial, que rondaram os 2,3 milhões de contos;

A participação, como tomador firme e colocador, nas operações de privatização da Cimpor e do Banco de Fomento e Exterior;

A participação na tomada firme e na subscrição de empréstimos sindicados em regime de leilão de taxas de juro;

A montagem e colocação integral da operação de aumento de capital do Finibanco de 5000 milhares de contos para 7510 milhares de contos.

Cumpre-nos ainda salientar, no quadro das melhorias de funcionamento introduzidas ao longo do exercício em análise, a implementação de medidas visando a adequada gestão global dos recursos e aplicações, tendo o Finibanco passado a dispor de informação previsional de apreciável fiabilidade.

2.4 — Área de serviços financeiros

O Finibanco tem, entre os seus objectivos, o de reforçar a sua actividade no mercado dos serviços financeiros, razão pela qual o ano de 1994 ficou marcado por um conjunto de iniciativas nesse sentido.

Assim e apostando numa abordagem global dos projectos empresariais, o Finibanco colocou à disposição dos seus clientes, não só os seus próprios serviços como os de outras entidades nacionais e internacionais, com as quais tem acordos de cooperação e cujas competências são complementares das do Banco.

Dentro desta estratégia, foi obtida a credenciação, junto da Direcção-Geral da Indústria, no âmbito do programa Retex, englobando o consórcio C4, juntamente com a Associação Industrial do Minho, a G. Tournier, S. A., o Idite Minho e a TQ, S. A., cuja actuação conjunta se tem mantido no âmbito do PEDIP II.

No âmbito do ACS II, procedeu-se ao pedido de credenciação, junto da Direcção-Geral do Comércio, para os projectos integrados no PROCOM, conjuntamente com a G. Tournier, S. A., a GTM, S. A. e a TQ, S. A.

No quadro dos objectivos definidos para este segmento do mercado, o Finibanco integra um agrupamento, com duas outras instituições, de reconhecido prestígio, que se apresentou, já no início do ano de 1995, ao concurso de pré-selecção de entidades que poderão proceder à elaboração de estudos de avaliação económico-financeira de empresas do sector público, bem como prestar assistência técnica nas operações de privatização.

2.5 — Área de operações, organização e sistemas de informação

O ano de 1994 correspondeu a um período de profundas alterações na estrutura e organização interna do Banco, em resposta às necessidades acrescidas dos nossos clientes e ao alargamento do leque de produtos e serviços colocados à sua disposição, como já tivemos ocasião de referir, noutros pontos deste relatório.

Em consequência, procedeu-se a um vasto trabalho de redefinição de circuitos, métodos e procedimentos, bem como ao substancial reforço da capacidade de resposta do Banco no domínio da informática, área onde continuarão a ser realizados, durante o ano de 1995, significativos investimentos.

Também nas áreas da informação para gestão e controlo da actividade houve lugar a importantes transformações, no quadro de um processo que visa a melhoria permanente dos instrumentos indispensáveis ao acompanhamento e controlo da actividade do Banco, aos diferentes níveis da organização.

A adaptação das estruturas e métodos a uma realidade em permanente mutação exige uma grande flexibilidade por parte das organizações e uma atenção constante à evolução dos mercados, postura que o Finibanco continuará a adoptar no futuro.

3 — Recursos humanos

O quadro de pessoal do Finibanco, excluindo o seu conselho de administração, era em 31 de Dezembro de 1994, composto por 54 elementos, dos quais 39% eram licenciados e 9% tinham formação superior.

Num quadro de pessoal que procura efectuar uma correcta simbiose entre experiência e juventude, é de realçar a sua baixa média etária, que se situava nos 31 anos.

O reforço da área comercial e técnica do Finibanco, ocorrido já no decurso do segundo semestre do ano, com particular incidência no 3.º trimestre, absorveu metade dos 20 colaboradores que ingressaram na Instituição em 1994.

Com o objectivo de melhorar o nível de conhecimentos sobre a actividade bancária, em particular dos trabalhadores que integram as áreas operacionais, foram ministrados pelo Instituto de Formação Bancária, nas instalações do Finibanco e em horário pós-laboral, dois cursos na área de operações bancárias gerais e operações bancárias de estrangeiro.

Paralelamente, foram promovidos cursos básicos e avançados de informática, na óptica do utilizador, frequentados por trabalhadores das áreas administrativa e técnica, bem como por alguns quadros directivos, visando proporcionar-lhes o reforço dos seus conhecimentos nesta área, tão essencial ao desenvolvimento da sua actividade.

4 — Análise do balanço e da conta de exploração

4.1 — Balanço

O activo líquido do Finibanco totalizava 33,5 milhões de contos, em 31 de Dezembro de 1994, valor que significava um crescimento de cerca de 17 milhões de contos, equivalentes a mais 103%, relativamente ao ano anterior.

Na base da evolução ocorrida esteve o comportamento do activo financeiro, cujo acréscimo ultrapassou os 15 milhões de contos, merecendo particular destaque a rubrica de crédito sobre clientes, cuja progressão rondou os 80%, relativamente a 1993.

Contudo, a citada evolução da rubrica de crédito sobre clientes, em cerca de 6 milhões de contos, não impediu a diminuição do seu peso relativo no total do activo, o qual passou de 48% em 1993 para 42,6% em 1994.

Em oposição, a carteira de títulos, que totalizava 5,1 milhões de contos, viu aumentado o seu peso relativo, em relação ao activo total, em consequência do crescimento ocorrido na rubrica de obrigações e outros títulos de rendimento fixo.

No que respeita às operações passivas, merece destaque a evolução da rubrica de débitos para com clientes, que registou um crescimento superior a 9 milhões de contos, totalizando cerca de 11,2 milhões de contos. Relativamente ao total do passivo financeiro, anote-se que o seu crescimento se efectuou, essencialmente, por via do aumento dos débitos a prazo, da ordem dos 10,8 milhões de contos, os quais passaram a financiar o activo líquido total em cerca de 56%.

Comparação das rubricas de balanço

(Em milhares de contos)

Rubricas	1993	1994	Variação	
			Absoluta	Relativa (percentagem)
Caixa e depósitos em bancos centrais	16	600	584	3 733,32
Crédito sobre instituições de crédito	3 380	9 185	5 805	171,78
Crédito sobre clientes (bruto)	8 085	14 524	6 439	79,64
Títulos de rendimento fixo (bruto)	1 641	4 191	2 549	155,29
Activo financeiro (bruto)	13 122	28 499	15 377	117,19
Activo bruto	17 068	34 401	17 333	101,55
Activo líquido	16 558	33 533	16 975	102,52
Débitos à vista	382	1 583	1 201	314,90
Débitos a prazo	7 977	18 792	10 815	135,58
Débitos representados por títulos	2 360	2 455	95	4,03
Passivo financeiro	10 719	22 830	12 112	113,00
Fundos próprios	5 393	9 604	4 211	78,07

A evolução dos fundos próprios do Finibanco merece particular destaque, apesar da redução da sua importância relativa no financiamento do activo líquido total.

O acréscimo de 4,2 milhões de contos, correspondente a cerca de 78% dos fundos próprios do Finibanco, está associado ao aumento de capital, realizado em Agosto de 1994.

No que diz respeito ao *ratio* de solvabilidade do Finibanco, é de realçar o seu elevado valor, 33,3%, relativamente à média do sistema bancário, estando, assim, asseguradas as condições para o sustentado crescimento da instituição.

4.2 — Conta de exploração

O ano de 1994 fica marcado pelo substancial agravamento da concorrência, no sector bancário, bem como pela forte turbulência ocorrida nos mercados financeiros no período de Maio a Julho.

Em consequência, assistiu-se em Portugal a uma quebra generalizada das margens de intermediação e em particular da margem financeira, facto a que o Finibanco não foi, naturalmente, imune.

Actuando num segmento de mercado onde se verifica uma maior vulnerabilidade à intensificação da concorrência, é neste contexto que deve ser entendida a evolução da margem financeira do Banco.

Por seu turno, os outros resultados correntes, que atingiram 534 000 contos, tiveram um comportamento muito positivo, face ao ano de 1993 (+ 426%). Os resultados em operações financeiras contribuíram decisivamente para o bom desempenho daquela rubrica, sendo igualmente de destacar os outros proveitos de exploração que na sua componente de prestação de serviços de consultoria averbou uma facturação de cerca de 165 000 contos.

O *ratio* de outros resultados correntes/activo financeiro (1,87% em 1994) subiu 1,1 pontos percentuais, valor tanto mais expressivo se tivermos em consideração que, o activo financeiro registou um acréscimo superior a 117%.

O produto bancário do exercício, que ascendeu a 1,1 milhões de contos, reflecte o crescimento da actividade no exercício de 1994, consubstanciada numa acrescida intervenção do Finibanco no mercado de capitais e de prestação de serviços.

5 — Proposta de aplicação de resultados

O Finibanco obteve um lucro do exercício de 41 399 518\$60.

Considerando a existência de projectos ambiciosos para o crescimento do Finibanco que recomendam e requerem um reforço dos seus fundos próprios, o conselho de administração propõe a seguinte aplicação de resultados:

Para o fundo de reserva legal (10%): 4 139 952\$;

Para reservas livres (90%): 37 259 566\$60.

6 — Nota final

Concluído mais um exercício que se traduziu em mutações importantes na vida da instituição, num acréscimo de potencialidades para o futuro e também no enfrentar de novos desafios, o conselho de administração do Finibanco deseja expressar o seu agradecimento e muito apreço:

Às entidades tutelares pelo espírito de cooperação e diálogo que muito contribuiu para o desenvolvimento da instituição;

Aos nossos clientes, pela preferência com que nos distinguiram e que muito nos honrou;

Aos nossos accionistas, pelo apoio que nos prestaram e pelo interesse com que acompanharam a actividade do Banco;

Ao conselho fiscal e auditores, pelo muito interesse com que acompanharam a instituição;

Aos nossos colaboradores, pelo inextinguível empenhamento, dedicação e entusiasmo com que exerceram as suas funções.

Porto, 31 de Janeiro de 1995. — O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)*

Anexo ao relatório do conselho de administração

1 — Informação sobre as participações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização:

Nos termos e para os efeitos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que durante o exercício de 1994 nenhum dos membros dos órgãos de administração e fiscalização deteve acções do Finibanco, S. A.

2 — Lista de accionistas a que se refere o artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais:

Nos termos e para os efeitos do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, passamos a referir o accionista que em 31 de Dezembro de 1994 detinha mais de 10% do capital social do Finibanco, S. A., e respectiva participação:

VIC — SGPS, S. A. — 66,6%.

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)*

Balanço em 31 de Dezembro de 1994

ACTIVO

(Em milhares de escudos)

	1994			1993
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	(líquido)
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	599 684	—	599 684	15 644
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	1 727 456	—	1 727 456	145 634
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	7 457 570	—	7 457 570	3 234 000
4 — Créditos sobre clientes	14 524 051	242 956	14 281 095	7 952 054
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	4 190 507	24 222	4 166 285	1 629 105
a) Obrig. e outros títulos de rend. fixo — de emissores públicos ...	1 618 017	—	1 618 017	266 558
b) Obrig. e outros títulos de rend. fixo — de outros emissores	2 572 490	24 222	2 548 268	1 362 547
(Dos quais: obrigações próprias)	(100 100)	(100)	(100 000)	(201 000)
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	1 125 209	148 792	976 417	482 627
7 — Participações	411 330	—	411 330	55 245
8 — Partes do capital em empresas coligadas	1 527 720	—	1 527 720	1 527 720
9 — Imobilizações incorpóreas	212 922	140 126	72 796	194 695
10 — Imobilizações corpóreas	1 295 410	311 748	983 662	742 970
(Dos quais: imóveis de serviço próprio)	(517 259)	(72 999)	(444 260)	(447 510)
11 — Capital subscrito não realizado	—	—	—	—
12 — Acções próprias ou partes de capital próprias	72 000	—	72 000	—
13 — Outros activos	607 008	—	607 008	402 192
15 — Contas de regularização	650 196	—	650 196	176 191
16 — Prejuízo do exercício	—	—	—	—
<i>Total do activo</i>	34 401 063	867 844	33 533 219	16 558 077

PASSIVO

(Em milhares de escudos)

	1994	1993
1 — Débitos para com instituições de crédito	9 214 939	6 230 413
a) À vista	61 474	7 266
b) A prazo ou com pré-aviso	9 153 465	6 223 147
2 — Débitos para com clientes	11 160 152	2 128 120
a) Depósitos de poupança	25 685	2 110
b) Outros débitos	11 134 467	2 126 010
ba) À vista	1 521 483	374 262
bb) A prazo	9 612 984	1 751 748
3 — Débitos representados por títulos	2 455 000	2 360 000
a) Obrigações em circulação	2 455 000	2 360 000
b) Outros	—	—
4 — Outros passivos	732 742	174 781
5 — Contas de regularização	366 767	271 694
6 — Provisões para riscos e encargos	309 312	156 163
a) Provisões para pensões e encargos	—	—
b) Outras provisões	309 312	156 163
6-A — Fundo para riscos bancários gerais	—	—
8 — Passivos subordinados	—	—
9 — Capital subscrito	7 510 000	5 000 000
10 — Prémios de emissão	1 506 000	—
11 — Reservas	236 907	74 013
12 — Reservas de reavaliação	—	—
13 — Resultados transitados	—	—
14 — Lucro do exercício	41 400	162 893
<i>Total do passivo</i>	33 533 219	16 558 077

Rubricas extrapatrimoniais

	1994	1993
1 — Passivos eventuais	2 051 752	288 902
Dos quais:		
Aceites e compromissos por endosso de efeitos descontados	—	—
Cauções e activos dados em garantia	—	—
2 — Compromissos	1 650 000	1 800 000
Dos quais:		
Compromissos resultantes de operações de venda com acordo de recompra	—	—

O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*) — A Técnica de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 1994

DÉBITO

(Em milhares de escudos)

	1994	1993
A) Custos		
1 — Juros e custos equiparados	1 480 993	1 011 200
2 — Comissões	23 817	19 182
3 — Prejuízos em operações financeiras	120 682	27 763
4 — Gastos gerais administrativos	511 007	319 785
a) Custos com o pessoal	280 777	177 246
Dos quais:		
(— salários e vencimentos)	(217 181)	(134 219)
(— encargos sociais)	(63 596)	(43 027)

(Em milhares de escudos)

	1994	1993
Dos quais:		
(— com pensões)	(30 000)	(24 340)
b) Outros gastos administrativos	230 230	142 539
5 — Amortizações do exercício	127 526	75 170
6 — Outros custos de exploração	5 898	2 333
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	482 454	190 751
8 — Provisões para imobilizações financeiras	—	—
10 — Resultado da actividade corrente	(123 506)	(252 655)
11 — Perdas extraordinárias	24 038	18 366
13 — Impostos sobre lucros	25 000	88 000
14 — Outros impostos	7 964	2 921
15 — Lucro do exercício	41 400	162 893
<i>Total</i>	2 850 779	1 918 364

CRÉDITO

	1994	1993
B) Proveitos		
1 — Juros e proveitos equiparados	2 069 447	1 576 435
Dos quais:		
(— de títulos de rendimento fixo)	(274 361)	(379 671)
2 — Rendimento de títulos	3 393	855
a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável	3 393	855
b) Rendimento de participações	—	—
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	—	—
3 — Comissões	61 925	23 932
4 — Lucros em operações financeiras	428 042	33 809
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	66 064	167 873
6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financ., a participações e a partes de capital em empresas coligadas	—	—
7 — Outros proveitos de exploração	199 084	95 935
8 — Resultado da actividade corrente	—	—
9 — Ganhos extraordinários	22 824	19 525
11 — Prejuízo do exercício	—	—
<i>Total</i>	2 850 779	1 918 364

O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.) — A Técnica de Contas, (Assinatura ilegível.)

Notas ao balanço e à demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 1994

(Valores expressos em contos)

1 — Não foram efectuados ajustamentos relativamente aos valores publicados no exercício anterior.

2 — Não se verificam situações em que valores classificados numa rubrica do balanço pudessem eventualmente ser classificados noutra rubrica.

3 — Principais critérios contabilísticos:

a) *Geral.* — Os activos e passivos foram avaliados de acordo com os critérios valorimétricos e regras estabelecidas no capítulo VI do Plano de Contas do Sector Bancário.

b) *Especialização do exercício:*

b1) Registo de juros:

Os juros de operações activas e passivas são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou cobrados. Porém, quando existem dúvidas a respeito da cobrabilidade de um crédito, suspende-se a contagem dos respectivos

juros, sendo apenas registados se e quando recebidos. Para além disso, os juros de crédito sem garantias reais, não liquidados três meses após o vencimento, são anulados, procedendo-se ao seu registo nas rubricas extrapatrimoniais.

b2) Outros proveitos e custos:

Em geral, os outros proveitos e outros custos são também reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios.

c) *Operações de títulos:*

c1) Títulos — negociação:

São considerados títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda num prazo que não deverá exceder seis meses.

Os títulos de rendimento fixo são escriturados pelo valor de aquisição e reavaliados com base na cotação de mercado, acrescido do montante dos juros corridos e não cobrados. Na ausência de cotação, tais títulos são valorizados ao custo de aquisição acrescido dos juros corridos.

As diferenças negativas ou positivas, que resultam da aplicação dos critérios anteriores, são registados como custos ou proveitos.

Verificando-se cobrança de juros, estes são levados a crédito da respectiva conta de títulos negociação, operando-se deste modo, a actualização para o novo valor de mercado.

Os títulos de rendimento variável são registados ao valor de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado. A diferença entre o custo de aquisição e o valor destes títulos, calculado de acordo com os princípios valorimétricos acima referidos, é lançada em contas de regularização do activo ou do passivo, consoante se trate de perdas ou ganhos potenciais.

c2) Títulos — investimento:

São considerados títulos de investimento aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda, mas cuja detenção, em regra, ultrapassa os seis meses.

Os títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal são registados ao valor de aquisição.

Os juros corridos são contabilizados na conta de proveitos a receber, sendo a periodificação destes feita com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período.

O prémio ou desconto verificado aquando da compra, é repercutido nos resultados de modo escalonado pelo período que decorrerá até à amortização.

A diferença entre o custo de aquisição (corrigido das parcelas do prémio ou do desconto reconhecidos nos resultados) e o valor de mercado, se for positiva, dá origem à constituição de uma provisão, excepto se se tratar de títulos de dívida pública.

Os títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição. Sempre que o valor de mercado (ou presumível de mercado, no caso de títulos não cotados) for inferior ao custo de aquisição, tem lugar a constituição de uma provisão.

c3) Método de custeio na venda de títulos:

Nas vendas de títulos de negociação de rendimento variável, de títulos de investimento e de imobilizações financeiras foi utilizado como método de custeio das saídas, o custo médio ponderado.

d) *Participações e partes do capital em empresas coligadas.* — Estes activos encontram-se registados ao custo de aquisição.

e) *Imobilizações corpóreas.* — O imobilizado corpóreo está valorizado ao custo de aquisição, reavaliado nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 49/91 e 264/92. As amortizações foram calculadas com base no método das quotas constantes e em regime de duodécimos. Nos termos da lei, uma percentagem equivalente a 40% do aumento das amortizações resultantes das reavaliações registadas pelo banco não é considerada como custo para fins fiscais.

f) *Imobilizações incorpóreas.* — Os custos incorridos com aumentos de capital são amortizados num período de três anos a partir do exercício em que são incorridos, segundo o método das quotas constantes.

g) *Provisões para crédito, títulos e juros vencidos.* — São constituídas provisões para crédito vencido que se destinam a cobrir os riscos da não cobrança de crédito com prestações de capital ou juros vencidos e não regularizados. A constituição destas provisões é efectuada em função do período decorrido após o respectivo vencimento, conside-

rando eventuais garantias reais existentes, nos termos do aviso n.º 13/90, de 4 de Dezembro, do Banco de Portugal. Estas provisões são aceites como custo para fins fiscais.

h) *Provisões para depreciação de títulos.* — Constituídas pela diferença entre o valor de cotação e o valor de aquisição, destinam-se a cobrir os riscos da correspondente depreciação. (Tendo em conta a valorimetria adoptada para os títulos de negociação de rendimento fixo, estas provisões não lhe são obviamente aplicáveis.)

i) *Provisões para riscos gerais de crédito.* — No âmbito desta rubrica, o banco, constituiu uma provisão para riscos gerais de crédito, a qual é, igualmente, aceite como custo para fins fiscais. Trata-se de uma provisão de natureza geral, que corresponde a 2% do crédito concedido, incluindo o representado por aceites, garantias e avales, mas excluindo o crédito vencido.

j) *Operações em moeda estrangeira.* — As operações em moeda estrangeira são registadas segundo o sistema *multi-currency*, isto é, nas respectivas moedas de denominação.

Sempre que estas operações conduzem a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação se descrevem de seguida.

A posição à vista numa moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, acrescidos dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios oficiais de divisas do dia, divulgados a título indicativo pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

A posição a prazo numa moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo aguardando liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base no diferencial das taxas de juro das respectivas moedas para o prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em escudos às taxas de reavaliação aplicadas e os contravalores em escudos às taxas contratadas representam o custo ou o proveito da reavaliação da posição a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

A conversão para escudos dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio oficial de divisas, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

Os custos e proveitos apurados nas diferentes moedas estrangeiras são convertidos para escudos no final de cada mês, com base no câmbio oficial de divisas, do dia, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

4 — Não há derrogações aos critérios valorimétricos definidos no Plano de Contas.

5 — Nada a referir.

6 — O Finibanco detém participações iguais ou superiores a 20% no capital das seguintes sociedades:

(Em contos)

Empresa	Participação			Capitais próprios (a)	Resultados de 1993	Valor proporcional nos capitais próprios	Diferença entre o valor das participações e o valor proporcional nos capitais próprios
	Quantidade	Custo	Porcentagem				
	1	2	3	4	5	6 = 3x4	7 = 2-6
Finigest — SGPS, S. A., Rua Júlio Dinis, 143-B, 1.º, 4000 Porto	1 000 000	1 040 220	100	1 008 156	491	1 008 156	32 064
Construtora de Cambra, S. A., Armental, Codal 3730 Vale de Cambra	5 000	487 500	100	2 912	- 920	2 912	484 588

(a) Não inclui o resultado do exercício de 1994.

7 — Vencimento de obrigações e outros títulos de rendimento fixo:

O montante dos elementos da rubrica 5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo que se vencem no ano de 1995 é de 874 504 contos.

8 — Créditos sobre empresas com as quais o Finibanco tem uma ligação de participação:

	Rubrica do activo				Totais
	2	3	4	5	
Em que o Finibanco participa	—	—	—	750 000	750 000
Que participam no Finibanco	—	—	—	—	—

9 — Créditos sobre empresas com as quais o Finibanco tem uma ligação de coligação:

	Rubrica do activo				Totais
	2	3	4	5	
Em que o Finibanco participa	—	—	1 182 329	—	1 182 329
Que participam no Finibanco	—	—	1 000 000	—	1 000 000

10 — Inventário de títulos e de participações financeiras em 31 de Dezembro de 1994:

Natureza e espécie dos títulos	(Em escudos)	
	Valor de balanço	
A) Títulos — negociação:		
Títulos de rendimento fixo — emitidos por não residentes:		
De organismos financeiros internacionais		1 109 958,00
Valores de rendimento variável:		
Emitidos por residentes:		
Acções		177 520 400,00
B) Títulos — investimento:		
Títulos de rendimento fixo — de emissores públicos:		
De dívida pública portuguesa:		
A médio e a longo prazos		1 616 007 613,00
De outros emissores públicos nacionais:		
A médio e a longo prazos		2 009 439,00
De rendimento fixo — de outros emissores:		
Emitidos por residentes:		
A médio e a longo prazos		2 449 275 032,63
Valores de rendimento variável		
Emitidos por residentes:		
Acções		925 135 498,00
Títulos de participação		12 435 545,00
Unidades de participação		12 257 520,00
Títulos próprios:		
De rendimento fixo:		
A médio e a longo prazos		100 100 000,00
De rendimento variável:		
Acções		72 000 000,00
C) Imobilizações financeiras:		
Participações:		
Em outras empresas no País		411 330 000,00
Partes de capital em empresas coligadas:		
Em outras empresas no País		1 527 720 000,00
<i>Total</i>		7 306 901 005,63

11 — Mapa de movimentos e saldos de bens do activo imobilizado destas notas:

Imobilizações incorpóreas e corpóreas em 31 de Dezembro de 1994:

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transfe- rências	Amortiz. do exercício	Regula- rizações	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dezembro de 1994
	Valor bruto	Amortiz. acumul.	Aqui- sições	Reaval. (líq.)					
Imobilizações incorpóreas:									
Trespases	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Despesas de estabelecimento	36 647	18 205	3 892	—	—	7 317	—	—	15 017
Custos plurianuais	116 488	77 557	646	—	83	17 675	—	—	21 985
Despesas de investig. e desenvolvim. Sistemas de tratam. autom. de dados	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Despesas em edif. arrendados	43 770	2 560	10 320	—	—	15 996	—	—	35 534
Outras	102 515	6 487	—	—	— 96 028	—	—	—	—
	837	753	323	—	— 83	63	—	—	261
Imobilizações corpóreas:									
Imóveis de serviço próprio	511 028	63 519	2 204	—	—	8 986	3 533	—	444 260
Obras em edifícios arrendados	—	—	23 512	—	96 028	13 798	—	—	105 742
Outros imóveis	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Equipamento	318 698	141 338	79 009	—	—	52 329	— 2 561	1 075	200 404
Património artístico	111 880	—	85 221	—	—	—	—	—	197 101
Imobiliz. em regime de loc. financ. Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—	—	10 251	23 388	—	13 137
	13 006	6 785	—	—	—	1 111	14	—	5 124
Imobilizações em curso:									
Imobilizações incorpóreas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Imóveis	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Equipamento	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Património artístico	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Adiantam. por conta de imobiliz. ...	—	—	17 893	—	—	—	—	—	17 893
Totais	1 254 869	317 204	223 020	—	—	127 526	24 374	1 075	1 056 458

12 — O Finibanco detém na sua carteira de títulos-investimento 5000 obrigações de caixa subordinadas Macaulease/93, 100 obrigações de caixa subordinadas Cargest/93 e 100 obrigações de caixa Banco Cisf/93 — 2.ª série.

13 — Não existem activos cedidos com acordo de recompra firme.

14 — Os montantes dos créditos desdobrados em função da sua duração residual, incluídos nas rubricas a seguir discriminadas, são os seguintes:

Rubrica do balanço	Prazo residual					Totais
	Até três meses	De três meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Indeter- minado	
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	5 471 570	365 000	1 582 000	39 000	—	7 457 570
4 — Créditos sobre clientes	6 293 494	3 539 413	2 405 162	2 285 982	—	14 524 051

15 — Movimentos das reservas de reavaliação:

15.1 — Durante o exercício de 1994 não houve qualquer movimento relacionado com reservas de reavaliação.

15.2 — Imobilizações corpóreas ventiladas pelo custo histórico, reavaliações efectuadas e amortizações acumuladas:

Contas	Custos históricos líquidos	Efeito líquido da reaval.	Valor bruto reavaliado	Amortizações acumuladas	Valor líquido reavaliado
Imóveis	467 441	82 561	643 287	93 285	550 002
Mobiliário e material	57 558	5 907	146 604	83 139	63 465
Máquinas e ferramentas	6 176	22	14 555	8 357	6 198
Equipamento informático	77 365	—	119 276	41 911	77 365
Instalações interiores	21 235	899	47 829	25 695	22 134
Material de transporte	25 541	—	48 100	22 559	25 541
Outras imobilizações corpóreas	10 615	211	19 761	8 935	10 826
Património artística	197 101	—	197 101	—	197 101
Imobilizado em locação financeira	13 137	—	41 004	27 867	13 137
Imobilizações em curso	17 893	—	17 893	—	17 893
Totais	894 062	89 600	1 295 410	311 748	983 662

16 — A conta de despesas de estabelecimento inclui, à data de 31 de Dezembro 1994, 40 539 contos referentes a despesas de constituição e de transformação da Finindústria — Sociedade de Investimentos e de Financiamento Industrial, S. A., em Finibanco, S. A.

17 — Nada a referir.

18 — Os montantes dos débitos, desdobrados em função da sua duração residual, incluídos nas rubricas a seguir discriminadas, são os seguintes:

Rubrica do balanço	Prazo residual					Totais
	Até três meses	De três meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Indeterminado	
1.b) — Débitos para com instituições de crédito:						
A prazo ou com pré-aviso	7 693 465	1 460 000	—	—	—	9 153 465
2.a) — Débitos para com clientes:						
Depósitos de poupança	8 410	17 275	—	—	—	25 685
2.b) — Débitos para com clientes:						
Outros débitos	10 000 655	1 133 812	—	—	—	11 134 467
2.bb) — Débitos para com clientes:						
A prazo	8 479 172	1 133 812	—	—	—	9 612 984

19 — No que se refere à sub-rubrica 3.a) do passivo, não existem elementos que se vençam no ano de 1995.

20 — Débitos a empresas com as quais o Finibanco tem uma ligação de participação.

	Rubrica do passivo				Totais
	1	2	3	8	
Em que o Finibanco participa	—	1 560	—	—	1 560
Que participam no Finibanco	—	—	—	—	—

21 — Débitos a empresas com as quais o Finibanco tem uma ligação de coligação:

	Rubrica do passivo				Totais
	1	2	3	8	
Em que o Finibanco participa	—	137 514	—	—	137 514
Que participam no Finibanco	—	10 676	—	—	10 676

22 — O Finibanco não apresenta quaisquer valores subordinados classificáveis na rubrica 8 do passivo.

23 — Os compromissos assumidos, existentes à data de 31 de Dezembro são como se segue:

Por garantias e avales prestados	1 878 439
Compromissos perante terceiros	1 650 000
<i>Total</i>	<u>3 528 439</u>

24 — Compromissos assumidos em matéria de pensões e respectivas coberturas:

Tendo em conta o estudo actuarial levado a efeito pela Praemium — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., reportado a 31 de Dezembro de 1994, as responsabilidades desta instituição por serviços passados são de 155 577 contos. O montante da cobertura àquela data era de 117 735 contos, a que corresponde uma percentagem de 75,6%.

25 — Movimento das provisões no exercício de 1994:

Contas	Saldo em 31 de Dezembro de 1993	Aumento	Utilização	Anulação e reposição	Saldo em 31 de Dezembro de 1994
Para crédito vencido	144 035	225 654	40 076	64 653	264 960
Para depreciação de títulos negociação:					
De rendimento variável	—	2 140	—	—	2 140
Para depreciação de títulos investimento:					
De rendimento fixo	1 390	2 117	—	1 291	2 216
De rendimento variável	47 380	99 273	—	—	146 653
Para riscos gerais de crédito	156 163	153 269	—	120	309 312
<i>Totais</i>	<u>348 968</u>	<u>482 453</u>	<u>40 076</u>	<u>66 064</u>	<u>725 281</u>

26 — O critério seguido para o enquadramento dos títulos, em títulos de negociação ou de investimento, é o preconizado pelo Plano de Contas para o Sistema Bancário, quanto à intenção de negociabilidade ou não na data de aquisição e respectivo prazo previsível.

27 — Saldos das contas de regularização em 31 de Dezembro de 1994:

Despesas com custo diferido	13 473
Proveitos a receber	426 281
Receitas com proveito diferido	76 787
Custos a pagar	271 344

28 — Outras informações relativas aos títulos:

a) Montantes ainda não imputados a resultados respeitantes a:

Títulos de investimento adquiridos por valor superior ao seu valor de reembolso — 56 804;

Títulos de investimento adquiridos por valor inferior ao seu valor de reembolso — 33 332.

b) Diferença entre o valor por que estão contabilizados os títulos de investimento e o que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base nos valores de mercado:

Valor contabilizado dos títulos de investimento	2 978 540
Valor de mercado desses títulos	2 846 399
Diferença	132 141

c) Diferença entre o valor por que estão contabilizados os títulos de negociação e o que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base no custo de aquisição:

Valor contabilizado dos títulos de negociação	1 110
Valor ao custo de aquisição	1 004
Diferença	106

29 — Este Banco aumentou em 1994 o capital de 5000 milhares de contos para 7510 milhares de contos pela emissão de 2 510 000 novas acções ao valor nominal de 1000\$.

O capital social encontra-se representado por 7 510 000 acções nominativas.

30 — Nada a referir.

31 — Desenvolvimento das rubricas de outros activos e outros passivos:

Elementos patrimoniais que integram as seguintes rubricas:

Rubrica 13 — Outros activos:

Devedores	236 434
Aplicações por recuperação de créditos	367 475
Outras disponibilidades	3 099
<i>Total</i>	<u>607 008</u>

Rubrica 4 — Outros passivos:

Credores	684 472
Outras exigibilidades	48 270
<i>Total</i>	<u>732 742</u>

32 — Não existem fundos administrados por conta de outrem.

33 — Nada a referir.

34 — Efectivo médio anual de trabalhadores ao serviço durante o ano, por categorias:

Administração	5
Direcção	8
Técnicos	15
Administrativos	17
Outros	5

35 — Remunerações dos órgãos de administração e fiscalização:

Conselho de administração	48 040
Conselho fiscal	1 544
Mesa da assembleia geral	630
<i>Total</i>	<u>50 214</u>

36 — Os proveitos por serviços de gestão e de representação não assumem dimensão significativa.

37 — Saldo em moeda estrangeira e posição cambial.

Activo:

Disponib. à vista sobre instituições de crédito	88 850
Outros créditos sobre instituições de crédito	141 570
Créditos sobre clientes	235 677
Contas de regularização	2 348
<i>Total</i>	<u>468 445</u>

Passivo:

Débitos a instituições de crédito	293 465
Débitos a clientes	27 571
Contas de regularização	1 370
Posição cambial	146 039
<i>Total</i>	<u>468 445</u>

38 — Os proveitos registados nas rubricas B1, B3, B4 e B7 da conta de ganhos e perdas foram obtidos em Portugal continental.

39 — Principais componentes das rubricas:

A) Custos:

6 — Outros custos de exploração:

Quotizações e donativos	5 546
Outros	352
<i>Total</i>	<u>5 898</u>

11 — Perdas extraordinárias:

Multas e outras penalidades legais	1 337
Menos-valias na realiz. de valores imobilizados	742
Perdas relativas a exercícios anteriores	20 154
Outras perdas extraordinárias	1 805
<i>Total</i>	<u>24 038</u>

B) Proveitos:

7 — Outros proveitos de exploração:

Proveitos pela prestação de serviços diversos	166 501
Reembolso de despesas	12 819
Outros	19 764
<i>Total</i>	<u>199 084</u>

9 — Ganhos extraordinários:

Recup. de juros e despesas de crédito vencido	8 944
Mais-valias na realiz. de valores imobilizados	593
Indemnizações por incumprim. de contratos	11 250
Outros ganhos relativos a exercícios anteriores	1 652
Outros ganhos extraordinários	385
<i>Total</i>	<u>22 824</u>

40 — Não houve lugar a encargos deste tipo em virtude da não existência de passivos subordinados.

41 — Diferença entre a carga fiscal imputada ao exercício e aos dois exercícios anteriores e a carga fiscal já paga ou a pagar com referência a estes exercícios:

	1992	1993	1994
Estimativa de impostos	174 000	88 000	25 000
Imposto pago	174 199	89 780	—

42 — O imposto sobre os lucros incide de forma proporcional sobre os resultados correntes e os resultados extraordinários dado que nestes últimos não existe qualquer parcela com tratamento diferenciado para fins fiscais.

43 — O Finibanco consolida com a VIC — SGPS, S. A., cuja sede se encontra em Armental Codal, 3730 Vale de Cambra.

44 — O Finibanco não possui empresas filiais fora do País.

45 — Imobilizado em regime de locação financeira:

Com a entrada em vigor, no dia 1 de Janeiro de 1994, da nova metodologia de contabilização dos contratos de locação financeira, procedeu esta instituição ao respectivo ajustamento contabilístico.

Assim, o valor dos bens locados foi contabilizado na rubrica de imobilizações, estando o valor em dívida às empresas de *leasing* relevado na conta de fornecedores de imobilizado em regime de locação financeira.

O valor global dos contratos em regime de locação financeira à data de 31 de Dezembro de 1994 era de 41 004 contos.

Deste modo, e atendendo à sua menor relevância, considerou-se desnecessário introduzir qualquer ajustamento nos valores referidos a 1993 para fins da comparabilidade das contas.

O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*) — A Técnica de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Finibanco, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 1994, a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo ao balanço e à demonstração dos resultados dos documentos que evidenciam um total de 33 533 219 contos e um total, de capital próprio de 9 294 307 contos, incluindo um resultado líquido de 41 400 contos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame inclui:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;

A apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a da aplicabilidade ou não, do princípio da continuidade;

A apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

6 — *Opinião.* — Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Finibanco, S. A., em 31 de Dezembro de 1994, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

Porto, 10 de Fevereiro de 1995. — Mendes, Borda e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José Manuel Borda Rodrigues*, revisor oficial de contas.

Parecer do conselho fiscal

1 — No cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias, o conselho fiscal continuou a acompanhar atentamente a actividade do

Banco, reunindo periodicamente com representantes do conselho de administração e apreciando sistematicamente a informação disponível, quer a produzida pelos serviços, quer a recolhida, na sua acção específica, pelo signatário revisor oficial de contas.

Em todas as suas diligências, o conselho fiscal encontrou o melhor acolhimento tanto do conselho de administração como dos serviços.

No fim do exercício foi apreciado o relatório de gestão e as contas que o acompanham.

2 — Precedido de um intróito de enquadramento macroeconómico, o relatório de gestão contempla exaustivamente e em termos que ao conselho fiscal se afiguram pertinentes a actividade desenvolvida e as circunstâncias que a condicionaram.

As contas, elaboradas em conformidade com as normas vigentes e certificadas sem qualquer reserva pelo signatário revisor oficial de contas, exprimem com fidelidade a situação em 31 de Dezembro de 1994 e a formação do resultado do exercício findo na mesma data.

3 — Tudo ponderado, o conselho fiscal recomenda à assembleia geral:

1.º Que aprove o relatório do conselho de administração e as contas que o acompanham, bem como a proposta contida naquele;

2.º Que ratifique a sua confiança no conselho de administração e em cada um dos seus membros.

Porto, 13 de Fevereiro de 1995. — O Conselho Fiscal: *Manuel Duarte Baganha* — *José Manuel Borda Rodrigues*, em representação de Mendes, Borda e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas — *Luís Fernando de Almeida Freitas*.

Relatório do auditor externo

1 — *Introdução.* — Nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 341.º, do Código do Mercado de Valores Mobiliários, apresentamos o nosso relatório de auditoria das contas e situação financeira, que incide sobre a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas da empresa Finibanco, S. A. Estes documentos compreendem o relatório de gestão, o balanço em 31 de Dezembro de 1994 que evidencia um total de 33 533 219 contos e um total de capital próprio de 9 294 307 contos, incluindo um resultado líquido de 41 400 contos, a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data, o anexo ao balanço e à demonstração de resultados.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade da administração da empresa a preparação dos documentos de prestação de contas, incluindo demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira, designadamente no que respeita à suficiência, veracidade, objectividade e actualidade, com o objectivo de expressar uma opinião profissional e independente sobre essa informação, baseada na nossa auditoria.

4 — *Âmbito.* — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes.

Para tanto, a referida auditoria inclui:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;

A apreciação da adequação das políticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade;

A apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — A nossa opinião abrange ainda o relatório de gestão, tendo o nosso trabalho incluído a verificação da sua concordância com a informação financeira constante dos restantes documentos de prestação de contas.

6 — Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, a informação financeira constante dos mencionados documentos de prestação de contas apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da empresa em 31 de Dezembro de 1994 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em

conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e satisfaz os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Porto, 13 de Fevereiro de 1995. — Assunção, Oliveira e Sá e Cambão — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por António Alípio de Oliveira e Sá, revisor oficial de contas.

3000210905

II SÉRIE



Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Preço deste número (IVA incluído 5%)

€ 7,44



Diário da República Electrónico: Endereço Internet: <http://dre.pt>
Correio electrónico: dre@incm.pt • Linha azul: 808 200 110 • Fax: 21 394 5750

Toda a correspondência sobre assinaturas deverá ser dirigida para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Departamento Comercial, Sector de Publicações Oficiais, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, 1099-002 Lisboa